

O infinitivo preposicionado em PE

Pilar P. Barbosa e Fátima Cochofel

Universidade do Minho

1. Introdução

Nesta comunicação, será abordada a Construção de Infinitivo Preposicionado (CIP), também denominada *Infinitivo Gerundivo* (Duarte (1992)), ilustrada em (1):

- (1) Eu vi *os meninos a devorarem o gelado*.

Como já foi demonstrado por Raposo (1989), Duarte (1992) e Duarte e Gonçalves (2001), os testes de constituição revelam que a sequência SN Vinf forma um constituinte frásico:

- (2) O que ele viu foi [*os meninos a saír(em) de casa*]. [Raposo 1989:280]
 (3) [*Os meus alunos a copiarem no exame*]_i, eu não vi v_i . [*Ibidem*]
 (4) Sabes o que eu vi?
Os meninos a comprar(em) borrachas. [Duarte 1992: 147]

Como é sabido, o argumento externo do verbo encaixado recebe Caso acusativo do verbo matriz:

- (5) Eu vi-*os* a devorar um gelado.

No quadro da teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1995) (5) constitui um caso típico de Atribuição Excepcional de Caso: na ausência de traços de concordância verbal, o sujeito da oração encaixada não recebe Caso nominativo, e é o verbo superior que lhe atribui Caso acusativo. Não obstante isto, a par de (5), também ocorrem exemplos como o que é apresentado em (6):

- (6) Eu vi-*os* a comerem um gelado.

No exemplo (6), não se compreende como é que, na presença da concordância na flexão, o Caso manifestado pelo SN não é o nominativo, mas sim o acusativo. A oração infinitiva reúne condições para atribuir Caso; no entanto, ele é atribuído por um elemento que se encontra fora da oração, ou seja, pelo verbo matriz. Esta situação representa um problema para a teoria. Por outras palavras, a presença da concordância verbal na oração encaixada deveria bastar para que o Caso nominativo estivesse disponível para o argumento externo impedindo assim o recurso à Atribuição Excepcional de Caso. Deste modo, o que se esperaria seria (7) e não (6):

- (7) */? Eu vi *eles* a comerem um gelado.

(7) obedece aos princípios da teoria; no entanto, não é bem formada, ou é, pelo menos, degradada. Pelo contrário, a frase (6) é problemática e, contudo, é admitida

pelos falantes. Note-se que, quando o complemento do verbo perceptivo não é preposicionado, o padrão observado é o predito pela teoria:

- (8) Eu ouvi as crianças dizerem isso ao Pedro.
 (9) Eu ouvi *elas* dizerem isso ao Pedro.

O contraste entre (9) e (7) carece de explicação e é esse o objecto de estudo deste trabalho.

2. Análises existentes na literatura

Existem na literatura dois tipos de análise desta construção. Raposo (1989) sugere que a CIP é uma oração pequena projectada pela preposição, que por sua vez selecciona uma oração cujo sujeito é uma *categoria vazia* controlada pelo sujeito da oração pequena:

- (10) Vi as crianças a trabalharem.
 (11) Vi [_{SP} as crianças [_p·[_pa] [_{SFlex} *pro*_i trabalharem]]]

Por outro lado, Duarte (1992) e Duarte e Gonçalves (2001) propõem que a CIP não é de natureza preposicional, não é uma construção de controlo, nem contém um domínio TP. Deste modo, as autoras sugerem para a construção infinitiva gerundiva dependente de verbos perceptivos a seguinte estrutura:

- (12) V perceptivo[_{SAsp}SN[_{Asp}·[_{Asp}a-r][_{SConc}[_{Conc}·[_{Conc}] SV]]]]
 [Duarte 1992:152]

Em (12), o complemento infinitivo é uma projecção de um núcleo aspectual, que constitui um morfema descontínuo formado pela preposição *a* e o morfema de infinitivo – *r*. Esse morfema descontínuo [a-r] exprime um valor aspectual [+durativo]. A análise de Duarte tem a vantagem de associar o morfema *a* ao valor aspectual progressivo da construção. No entanto, faz predições que os dados empíricos não confirmam. A primeira predição diz respeito à ideia do morfema descontínuo. Se o morfema *a* é um morfema preso, não é predito que qualquer material lexical possa ocorrer entre ele e o verbo. No entanto, há ocorrências, em fala natural, deste tipo de intervenção, como se pode verificar através dos seguintes exemplos:

- (13) Eu não estou a ver o primeiro Ministro a, *de repente*, ceder poderes ao Presidente da República.
 [Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, Jornal da Noite da TVI, de 26 de Janeiro de 2003]
 (14) Todos nós vimos Deco a *não* meter um golo. [Comentador desportivo da SIC]

O segundo problema da análise em (12) reside no facto de predizer que, quando o infinitivo é flexionado, o Caso nominativo esteja disponível, contrariamente ao que efectivamente acontece (cfr.7). Com efeito, a estrutura que a proposta em (12)

representa é semelhante à estrutura de uma oração canónica, na medida em que o argumento externo ocupa a posição de especificador de uma projecção funcional. Observemos os exemplos que se seguem e a respectiva estrutura de acordo com a análise (12):

- (15) a. Eu vi os meninos a devorarem o gelado. [Mateus et alii 2003:643]
 b. Eu vi [_{S_{ASP}} os meninos [_{A_{SP}} a devorarem o gelado]]
- (16) a. A testemunha viu os ladrões tirarem as máscaras na rua. [Ibidem: 641]
 b. A testemunha viu [_{S_T} os ladrões [_T tirarem as máscaras na rua]]

De acordo com a análise em (12), as orações de infinitivo não preposicionado e as de infinitivo preposicionado são estruturalmente idênticas, diferenciando-se somente ao nível do núcleo, num caso temos um núcleo aspectual e no outro um núcleo de Tempo. Dado que ambas as sequências contêm traços de Concordância e esta atribui Caso nominativo, prevê-se que este caso esteja disponível em ambas as situações. No entanto, se procedermos à pronominalização dos respectivos SNs verificamos que tal não acontece.

- (17) *Eu vi *eles* a devorarem o gelado.
 (18) A testemunha viu *eles* tirarem-nas na rua. [Mateus et al. 2003: 641]

Na medida em que não distingue as orações com Infinitivo Preposicionado das orações com infinitivo não preposicionado, a proposta apresentada em (12) permite a ocorrência de exemplos como (17), o que é falseado pelos dados empíricos.

A proposta de Raposo, segundo a qual a CIP é uma estrutura de controlo, tem a vantagem de explicar o aparente paradoxo da atribuição casual. Com esta estrutura, o Caso nominativo é atribuído pela Concordância à categoria vazia *pro* e, por essa razão, o sujeito da oração infinitiva tem de receber Caso de outra forma, mais precisamente do verbo da oração superior. A categoria vazia, ou seja, o *pro*, está associada e é controlada pelo SN que a antecede:

- (19) *Estrutura de controlo:*
- | | |
|----------------------------|---|
| Acus. | Nom. |
| Eu vi | [[a <i>pro</i> _i correrem]] |
| [[os meninos] _i | |
-

Por outras palavras, o Caso nominativo não pode ser atribuído ao SN *os meninos* uma vez que já é atribuído ao *pro*. Por seu turno, o SN *os meninos* recebe Caso do verbo da oração superior.

Em síntese, o facto de o SN não receber Caso nominativo é captado facilmente pela análise proposta em (11), mas não encontra explicação imediata na análise indicada em (12).

3. A CIP com os verbos perceptivos: argumentos em favor de uma estrutura de controlo

Vimos na secção anterior que a hipótese de que a CIP é uma estrutura de controlo permite explicar a agramaticalidade da frase (7) por oposição a (9). Nesta secção, apresentaremos argumentos em favor da análise da CIP como uma estrutura de controlo. As duas análises em causa estão esquematizadas em (20) e (21):

- (20) *A CIP não é uma estrutura de controlo (Duarte 1992):*
 V perceptivo [_{SAsp} SN [_{ASp} [_{ASp} a-r] [_{SConc} [_{Conc} [Conc]SV]]]]]]
- (21) *A CIP é uma estrutura de controlo (Raposo 1989)*
 V perceptivo [_{SP} SN_i [_P [_P a] [_{SFlex} pro_i/PRO V ...]]]

3.1. Expletivos

A CIP distingue-se dos complementos infinitivos não preposicionados pelo facto de ser incompatível com verbos meteorológicos, como se exemplifica a seguir:

- (22) a. *Eu vi a chover.
 b. Eu vi chover.

Vejamos, então, a que se deve esta impossibilidade. Começemos por analisar a frase (22b). À primeira vista, poder-se-á pensar que o sujeito desta frase é um PRO. Contudo, é sabido que PRO não pode ser um expletivo (Jaeggli e Safir 1989). Assim, em línguas que não dispõem do infinitivo flexionado, os verbos meteorológicos não podem ocorrer no infinitivo. Os seguintes exemplos do francês são ilustrativos do que acabamos de dizer:

- (23) *Il est impossible de pleuvoir demain.
 (24) Il est impossible qu'il pleuve demain.

Em português, o exemplo correspondente a (23) é gramatical:

- (25) É impossível chover amanhã.

O contraste de gramaticalidade entre (23) e (25) mostra que a categoria vazia presente em contexto de verbos meteorológicos, no caso do português, é um *pro* identificado pela concordância de terceira pessoa do singular:

- (26) É impossível [_{ST} *pro* chover amanhã]

Regressando aos exemplos com verbos perceptivos, a análise de (22b) é a indicada em (27b):

- (27) a. Eu vi chover.
 b. Eu vi [*pro* chover].

A questão que agora se coloca é por que razão (22a) é agramatical. De acordo com a análise em (20) teríamos a representação em (28); a estrutura em (29) será a que decorre da análise em (21):

- (28) *Análise em (20):*
Vi [_{SAsp} *pro* [_{Asp} a *chover*]]
- (29) *Análise em (21):*
* Vi [[_{SN}?] [_{SAsp} a [_{Asp} *pro* *chover*]]]

Das duas análises em causa, apenas a apresentada em (29) é anómala. Em (29) falta o SN que serve de controlador para *pro*. Desta forma, esta estrutura é incompatível com verbos que não seleccionam sujeitos explícitos, como os verbos meteorológicos. Sendo assim, (21) prediz a agramaticalidade de (22a) por oposição a (22b). Em contrapartida, a análise em (28) é estruturalmente semelhante a (27b), com o infinitivo não preposicionado, não predizendo, portanto, os contrastes de gramaticalidade entre (22a) e (22b).

3.2 Sujeitos pós-verbais

Contrariamente ao infinitivo flexionado sem preposição (cf. (30)), o infinitivo preposicionado não permite um sujeito pós-verbal lexical (cf. 31):

- (30) a. Eu vi *entrarem três raparigas* na sala.
b. Eu vi *três raparigas* *entrarem* na sala.
- (31) a. *Eu vi a *entrarem três raparigas* na sala.
b. Eu vi *três raparigas* a *entrarem* na sala.

O exemplo (30b) é analisado como se segue (assumimos aqui que os sujeitos pós-verbais estão em Spec-SV):

- (32) Eu vi [_{ST} *entrarem* [_{SV} *três raparigas* na sala]]

De acordo com a análise em (20), a representação do exemplo (31a) seria a seguinte:

- (33) *Análise (20):*
Eu vi [_{Sasp} [_{Asp} a *entrarem* [_{SV} *três raparigas*]] na sala.

(33) e (32) são estruturalmente semelhantes, diferindo apenas na natureza do núcleo da projecção frásica: ST em (32) e SAsp em (33). Contudo, se o que distingue o infinitivo preposicionado do infinitivo não preposicionado é apenas uma questão de alteração do valor aspectual, como pressupõe a estrutura proposta em (33), não se compreende por que razão, com o infinitivo preposicionado, não é permitido um sujeito pós-verbal, contrariamente ao que acontece com o infinitivo não preposicionado.

A proposta em (21) atribui às frases (31a,b) as representações que se seguem:

(34) *Análise (21):*

- a. Eu vi [[três raparigas][a *pro* entrarem]] na sala.
 b. *Eu vi [*cv*]_i a entrarem [três raparigas]_i na sala.

(34a) e (34b) têm a mesma estrutura, mas só (34a) é uma estrutura de controlo. (34b) viola a condição C da teoria da ligação, uma vez que a expressão-R está ligada a uma categoria vazia (a qual corresponde ao elemento que controla o *pro* em (34a)). Desta forma, a estrutura de controlo prediz correctamente que a frase (31a) seja agramatical.

Note-se que, se de facto estas construções são estruturas de controlo, prediz-se que um sujeito pós-verbal pronominal seja possível desde que controlado por um antecedente apropriado, isto é, por uma expressão referencial. Com efeito, esta predição é confirmada pelos seguintes exemplos:

- (35) a. Vimos os meninos a fazerem *eles* o jantar.
 b. Vimos os meninos a fazerem *todos* o jantar.

Nos exemplos (35a,b) a expressão *os meninos* controla a categoria pronominal em posição pós-verbal, o que reforça a explicação proposta, segundo a qual o que impede a ocorrência de (34b) é a ausência de um elemento controlador apropriado. Note-se que estamos a assumir aqui que os pronomes em (35a,b) são sujeitos pós-verbais, em Spec-SV¹. Um argumento em favor desta ideia é a impossibilidade de ocorrência destes pronomes com o infinitivo não flexionado:

- (36) a. *Vimos os meninos a fazer *eles* o jantar.
 b. *Vimos os meninos a fazer *todos* o jantar.

Os exemplos transcritos revelam que o pronome ou o quantificador flutuante exigem a presença da concordância, facto que só pode ser explicado se se estas expressões forem sujeitos.

Apesar de a estrutura em (21) prever adequadamente a agramaticalidade de (31a) por oposição a (30a), faz uma predição que os dados não confirmam. De acordo com essa análise, nada impede *pro* de ser substituído por um pronome ou quantificador anafóricos, como ilustrado em (37a,b):

- (37) a. Eu vi [[os meninos][a *eles* entrarem]] na sala.
 b. Eu vi [[os meninos][a *todos* entrarem]] na sala.

Contudo, estes exemplos não são gramaticais:

- (38) a. *Vimos os meninos a eles fazerem o jantar.
 b. *Vimos os meninos a todos fazerem o jantar.

Esta questão é abordada na próxima secção.

¹ A ideia de que os pronomes anafóricos do tipo exemplificado em (35a,b) são sujeitos pós-verbais é defendida em Barbosa (1995).

3.3. Paralelismo com estruturas de controlo na distribuição de pronomes e quantificadores anafóricos

Na secção anterior, vimos que a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo explica a distribuição e propriedades dos sujeitos pós-verbais nesta construção: um sujeito pós-verbal pode ocorrer apenas se puder ser controlado pelo SN que recebe Caso acusativo do verbo perceptivo. Terminámos a secção com a observação de que um sujeito pré-verbal não pode aparecer neste tipo de construção, mesmo que controlado (cf. (37a,b)).

Apesar de (21) gerar inadequadamente os exemplos (37a,b), estes mesmos exemplos constituem mais um argumento em favor da ideia de que as estruturas em apreço são estruturas de controlo. Com efeito, as estruturas de controlo por parte do objecto são, de uma forma geral, incompatíveis com a presença de um pronome ou quantificador anafóricos em posição pré-verbal. Os exemplos que se seguem, com os verbos *obrigar* e *convencer*, ilustram isto mesmo:

- (39) a. Obrigámos/convencemos os meninos a fazerem *todos* o jantar.
b. *Obrigámos/convencemos os meninos a *todos* fazerem o jantar.
- (40) a. Obrigámos/convencemos os meninos a fazerem *eles* o jantar.
b. *Obrigámos/convencemos os meninos a *eles* fazerem o jantar.
- (41) a. Vimos os meninos a fazerem *todos* o jantar.
b. *Vimos os meninos a *todos* fazerem o jantar.
- (42) a. Vimos os meninos a fazerem *eles* o jantar.
b. *Vimos os meninos a *eles* fazerem o jantar

Os paradigmas apresentados revelam que a distribuição do pronome ou quantificador anafórico com verbos de controlo por parte do objecto é exactamente a mesma que se verifica com a CIP com verbos perceptivos. Este paralelismo reforça a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo ao mesmo tempo que revela que a impossibilidade de colocação do pronome anafórico em posição pré-verbal é uma restrição mais geral, que se aplica também a qualquer tipo de estrutura de controlo.

Esta restrição na distribuição dos sujeitos pré-verbais anafóricos decorre naturalmente da ideia defendida em Barbosa 1995 de que os sujeitos pré-verbais em PE e em línguas de Sujeito Nulo são tópicos em Deslocação à Esquerda Clítica (DEC) (ou, se pertencem a um conjunto restrito de expressões não referenciais quantificadas, são extraídos por movimento A-barra). Assumindo que, nestes casos com o infinitivo flexionado, não são admitidos nem a DEC nem o movimento A-barra, esta restrição é imediatamente explicada².

² Barbosa 2000 defende que a verdadeira posição A dos sujeitos em PE é à direita do verbo em T, no interior do SV, portanto *pro* ocupa a posição pós-verbal. Uma vez que este assunto não é central neste artigo, mantemos a posição pré-verbal sempre que referirmos a estrutura de Raposo (1989).

3.4. As pseudo-relativas nas restantes línguas românicas

Um último argumento em favor da hipótese de que a CIP é uma estrutura de controlo é de ordem comparativa. Nas línguas românicas que não têm o infinitivo flexionado, as pseudo-relativas são frequentemente usadas nos mesmos contextos em que ocorre a CIP. Os exemplos (43b), (44b) e (45b) ilustram o emprego de pseudo-relativas com verbos perceptivos:

- (43) *Espanhol:*
 a. Oigo las campanas sonar. (Hernanz 1999:2238)
 b. Oigo las campanas que suenan. [*ibidem*]
- (44) *Italiano*
 a. Ho visto Giovanni parlare con Maria. (Burzio 1986 :300)
 b. Ho visto Giovanni che parlava con Maria. [*ibidem*]
- (45) *Francês*
 a. J'ai vu Marie pleurer.
 b. J'ai vu Marie pleurant.
 c. J'ai vu Marie qui pleurait. (Radford 1975 :35)

Em português, os verbos perceptivos também se podem combinar com pseudo-relativas (Brito 1995):

- (46) Vi o teu filho que está a chorar.

Contudo, a pseudo-relativa em português tem propriedades diferentes das suas equivalentes nas restantes línguas românicas. Nestas línguas, é possível o “antecedente” da relativa passar a sujeito ou assumir a forma clítica:

- (47) *Passiva :*
 a. Marie a été vue [] qui embrassait Jean.
 b. Giovanni fu visto [] che parlava con Maria. (Burzio 1986 :300)
- (48) *Cliticização :*
 a. Je les vois [] qui arrivent.
 b. Li vedo [] che arrivano. (Burzio 1986 :300)

Em português, contudo, estas operações não são admitidas com a pseudo-relativa embora sejam compatíveis com a CIP:

- (49) a. *O teu filho foi visto que está a chorar. (Brito 1995:47)
 b. *Vi-o que estava a chorar. (Brito 1995:47)
- (50) a. O teu filho foi visto a chorar.
 b. Vi-o a chorar.

Estes dados revelam que as pseudo-relativas nas restantes línguas românicas têm mais afinidades com a CIP do que com a pseudo-relativa do português. Visto que as pseudo-relativas são, sem qualquer sombra de dúvida, estruturas de controlo, torna-se ainda mais plausível analisar a CIP como uma estrutura de controlo.

3.5. Conclusões

Em síntese, vimos nesta secção que a CIP é incompatível com verbos meteorológicos e com sujeitos pós-verbais não anafóricos, no que se distingue dos complementos infinitivos não preposicionados. Observámos que estas restrições não encontram explicação na proposta de análise apresentada em (20) embora decorram naturalmente da proposta em (21), segundo a qual a CIP é uma estrutura de controlo. Notámos ainda que existe um exacto paralelismo entre a CIP e os complementos de verbos de controlo por parte do objecto no que se refere à distribuição dos pronomes e quantificadores anafóricos, o que reforça a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo. Finalmente, observámos que a CIP tem propriedades sintácticas semelhantes às das pseudo-relativas nas restantes línguas românicas. Este paralelismo encontra uma natural explicação se a CIP for, como aquelas, uma estrutura de controlo. Sendo assim, concluímos que há fortes argumentos para a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo.

4. O constituinte [SN_i [a pro/PRO_i Infinitivo]] é uma oração pequena

Recorde-se que, para Raposo (1989), a sequência [SN_i [a pro/PRO_i Infinitivo]] é uma oração pequena. O paralelismo distribucional entre esta sequência e as orações pequenas é o principal argumento apresentado pelo autor em favor desta hipótese. Com efeito, a distribuição da CIP é exactamente a mesma das orações pequenas, como se ilustra a seguir:

- (51) a. Eu vi *as crianças felizes*.
b. Eu vi *as crianças com fome*.
c. Eu vi *as crianças a brincar*.
- (52) a. *Ele um imbecil?* Não acho! [Raposo 1989:290]
b. *Eles a fumarem marijuana?* Que horror!
- (53) a. *Eles com febre* é um espectáculo triste.
b. *Eles a fumarem marijuana* é uma visão horrível.
- (54) a. O que eu vi foi [*as crianças com febre*].
b. O que eu vi foi [*as crianças a fumarem marijuana*].

Ao argumento de ordem distribucional podemos acrescentar um outro, nomeadamente a coordenação. A CIP pode ser coordenada com orações pequenas de natureza preposicional ou adjectival:

- (55) *Os meninos doentes e ela na rua*. Que inconsciência!
- (56) *A mãe doente e ela a ouvir música nas alturas*!
- (57) Cheguei a casa, vi *a Maria na cama* e *o António a ver televisão*.

Em face destes argumentos, concluímos que a estrutura de controlo configurada pela CIP é adequadamente analisada como uma oração pequena. Reconsideremos de novo a estrutura proposta por Raposo (1989):

- (58) *Estrutura de Raposo (1989):*
 [_{SP} SN_i [_{SP} [_P a] [_{SFlex} pro/PRO_i Infinitivo]]

Para o autor, a oração pequena projectada pela CIP é de natureza preposicional. Por outro lado, Duarte 1992 defende que a CIP é uma projecção de um núcleo aspectual. Portanto, a questão que agora se coloca é a de saber qual a relação existente entre a categoria preposição e o aspecto. Este ponto é abordado na próxima secção.

5. A preposição enquanto núcleo aspectual

Como é sabido, o Infinitivo Preposicionado pode comutar com o gerúndio. Por outro lado, esta comutabilidade não é possível quando o infinitivo não é preposicionado. A diferença aspectual entre o infinitivo preposicionado e o infinitivo não preposicionado é claramente evidenciada nos exemplos que se seguem:

- (59) a. #Vi o pássaro morrer, mas consegui salvá-lo.
 b. Vi o pássaro a morrer, mas consegui salvá-lo.
 [Exemplos adaptados de Tunstall 1993]

A frase (59a) é anómala por causa do valor aspectual do predicado *morrer*, que designa um evento télico, mais precisamente uma culminação (Oliveira 2003). Com o infinitivo não preposicionado, não é alterada a informação aspectual do predicado, pressupondo-se assim que o evento foi visto na totalidade; por consequência, se o pássaro morreu não pode ter sido salvo. Em (59b) a informação aspectual do predicado é alterada e o aspecto é o progressivo, pelo que não há a implicação de que o evento culminou. Estes contrastes são reveladores do contributo aspectual da preposição *a*. No seguimento destas observações, adoptaremos aqui a proposta de Demirdache e Etxebarria (1997) que desenvolvem um estudo em que demonstram de forma exemplar a relação existente entre preposição e aspecto.

As autoras estabelecem um paralelismo sintáctico e semântico entre Tempo e Aspecto. Começam por adoptar a proposta de Klein (1995), segundo a qual ambos ordenam dois tempos: a categoria Aspecto relaciona o Tempo do Evento expresso pelo VP com o Tempo da Asserção, isto é, o tempo acerca do qual se faz uma asserção; a categoria Tempo relaciona o Tempo da Asserção com o Tempo da Enunciação. Ao nível sintáctico, a uniformização prende-se com o facto de ambos projectarem categorias sintagmáticas (ST e SAsp) e ordenarem dois argumentos indicadores de tempo (do Evento, da Asserção e da Enunciação). Neste quadro, o papel do Aspecto é focalizar um intervalo de tempo no contorno do evento descrito pela oração. Apenas este intervalo de tempo focalizado, isto é, o Tempo de Asserção, está disponível para a interpretação semântica. Baseando-se na ideia de que tanto o Tempo como Aspecto são categorias relacionais, as autoras sugerem que as relações temporais e aspectuais poderão ser reduzidas a um único esquema: um núcleo de tipo preposicional que estabelece uma relação espaço-temporal entre dois argumentos.

Hale (1985) define as relações espaço-temporais em termos de uma oposição semântica básica: coincidência central e coincidência não central. Estas relações são

entendidas em termos do posicionamento de uma figura (*figure*) relativamente a um lugar de fundo (*ground*) e são expressas através de preposições. Quando o posicionamento da figura e do lugar de fundo coincidem, estamos perante coincidência central. Esta relação, em inglês, é expressa pelas preposições *in* e *at*, entre outras. A coincidência não central indica que o posicionamento da figura ou começa ou acaba no lugar de fundo. Preposições como *from* ou *out of* especificam que o início da trajectória da figura coincide com o lugar de fundo, enquanto preposições como *to*, *up to* ou *into* especificam que o fim da trajectória da figura coincide com o lugar de fundo.

As autoras adoptam a proposta de Hale e aplicam-na à análise do tempo e do aspecto. Deste modo, o contorno temporal do Evento descrito pelo VP é definido como o lugar de fundo, o intervalo focalizado pelo Aspecto como a figura e a ordenação das relações é baseada em termos de coincidência central ou não central. Segundo esta abordagem, o aspecto progressivo é um predicado espaço-temporal que expressa uma coincidência central entre o Tempo da Asserção e o contorno temporal do evento descrito pelo verbo ou Tempo do Evento. Pelo contrário, o aspecto perfectivo e o aspecto prospectivo expressam uma coincidência não central entre o tempo da Asserção e o Tempo do Evento. Vejam-se os esquemas temporais do aspecto progressivo e do aspecto perfectivo, em que I representa o ponto inicial do evento, F representa o ponto final e os traços representam a parte do evento que é focalizada pelo ponto de vista:

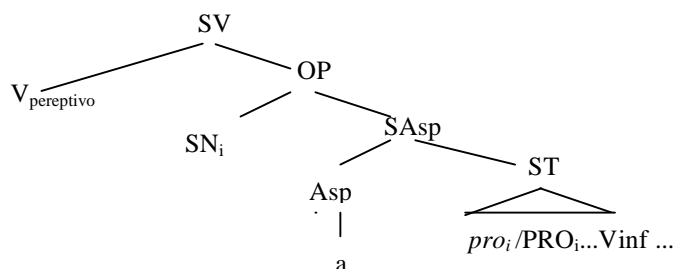
- (60) Central Coincidence [I // // // F]
(Aspecto progressivo)
- (61) Non-central Coincidence
a. [I F] // // // b. // // // [I F]
(Aspecto perfectivo) (Aspecto prospectivo)
[Demirdache & Etxebarria 1997:27]

Em (60) o Aspecto progressivo focaliza um intervalo contido no intervalo de tempo definido pelas fronteiras inicial e final do evento. Desta forma, o Aspecto progressivo tem um valor semelhante ao das preposições *in* ou *within*. O aspecto perfectivo tem um valor semelhante a *after* e o aspecto prospectivo tem o valor de *before*. As autoras salientam o facto de as preposições, em várias línguas, serem utilizadas para expressar quer o aspecto perfectivo, quer o aspecto progressivo.

Baseadas nesse estudo, concluímos que não há incompatibilidade entre a proposta de Raposo em considerar que o morfema pré-infinitivo é uma preposição e a proposta de Duarte de que a categoria sintagmática projectada por esse morfema é um SAsp.

Assim, propomos que a preposição *a* é uma preposição de coincidência central, a qual encabeça um SAsp, que selecciona um ST, em que T corresponde ao Tempo do Evento expresso pelo verbo no infinitivo. Asp situa o Tempo da Asserção (que coincide com o Tempo do Evento do verbo de percepção) dentro do Tempo do Evento expresso pelo verbo no infinitivo. SAsp, por sua vez, é predicado de um sujeito, com o qual forma uma Oração Pequena, que constitui o complemento do verbo de percepção:

(62)



Através desta proposta conseguimos dar uma explicação para o contraste existente entre os exemplos (9) e (7) que indicámos inicialmente e que constituiu o ponto de partida deste trabalho, ao mesmo tempo que fizemos convergir as propostas de Duarte 1992 e Raposo 1989.

Referências

- Akmajian, A. (1977). "The Complement Structure of Perception Verbs in an Autonomous Syntax Framework". In Culicover, P., T. Wasow & A. Akmajian (orgs.). *Formal Syntax*. N. Iorque: Academic Press, pp.427 – 460.
- Barbosa, P (1995). *Null Subjects*. Tese de Ph.D., MIT.
- Brito, A. (1995). "Sobre Algumas Construções Pseudorelativas em Português". In revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas. *In Honorem Prof. Óscar Lopes*. Vol. XII, pp.25 – 54.
- Burzio, L. (1986). *Italian Syntax: A Government – Binding Approach*. Dordrecht: Reidel.
- Chomsky, N.(1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht Foris.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Demirdache, H. & M. Uribe-Etxebarria (1997) "The Syntax of Temporal Relations: a Uniform Approach to Tense and Aspect". *Proceedings of the Sixteenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. 145-159.
- Duarte, I. (1992). "Complementos Infinitivos Preposicionados e outras Construções Temporalmente Defectivas em Português Europeu". In *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp.145 – 158.
- Duarte, I. & A. Gonçalves (2001). "Construções de Subordinação Funcionalmente Defectivas: o caso das Construções Perceptivas em PE e PB". Guião da comunicação apresentada no Encontro do Projecto: Português Europeu, Português

- Brasileiro. Unidade e Diversidade na passagem do milénio. Fortaleza (Brasil), pp.1-9.
- Gonçalves, A. (1993). “Aspectos da Reestruturação Sintáctica em Português Europeu: as Construções com os Verbos Modais“. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 235 – 249.
- Gonçalves, A. (2002). “Construções com Verbos Perceptivos do Português”. Guião da comunicação apresentada no Ciclo Linguístico de Braga.
- Hale, K. (1985). “Notes on World View and Semantic Categories: some Walpiri examples”. In Muysken P. & H. van Riemsdijk (orgs.) *Features and Projections* Dordrecht: Foris. (citado em Demirdache e Uribe-Etxebarria, 1997).
- Hernanz, M. L. (1999). “El Infinitivo”. In Muñoz, I. & V. Barreto (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe. Vol.1, pp.2197-2356.
- Jaeggli, O. and K. Safir (orgs.). 1989. *The Null Subject Parameter*. Kluwer Academic Publishers.
- Klein, W. (1995). “A Time Relational Analysis of Russian Aspect”. In *Language*. Vol. 71.4. (citado em Demirdache e Uribe-Etxebarria, 1997).
- MATEUS, M. H. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição rev. aum. Lisboa: Editorial Caminho.
- Oliveira, F. (1994). “Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português”. In *Actas do Encontro Internacional sobre o Português*. Lisboa: APL/Edições Colibri. Vol. II, pp.151-190.
- Oliveira, F. (2003). “Aspectos Semânticos da Gramática do Português.” In Mateus, M. H. e A. Brito, I. Duarte e I. Faria, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição rev. aum. Lisboa: Editorial Caminho.s
- Radford, A. (1975). “Pseudo-relatives and the Unity of Subject Raising”. In *Archivum Linguisticum*. Vol. VI, pp.32-64.
- Raposo, E. (1989). “Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese“. In Jaeggli, O. & K. Safir (orgs). *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp.277 – 305.
- Raposo, E. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Tunstall, S. (1993). “Case in Aspectual Perception Complements”. In *Occasional Papers in Linguistics*. Vol. 17, pp.227-251. .